



Proposta de criação de Grupo de Trabalho - ALA

Título:

Antropologia do Estado e das Instituições

Coordenador:

Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional, UFRJ - Associação Brasileira de Antropologia)

Coordenadora Nacional (Brasil):

Carla Costa Teixeira (Universidade de Brasília - Associação Brasileira de Antropologia)

Coordenador Nacional (México):

Alejandro Agudo Sanchiz (Universidad Iberoamericana - Colegio de Etnólogos y Antropólogos Sociales, México)

Coordenadora Nacional (Argentina):

Laura Belén Navallo Coimbra (Univerdida Nacional de Salta, Colegio de Graduados em Antropología de la República Argentina)

Integrantes: (Provisória 26.11.2017)

Raúl Alejandro Delgado (Asociación Colombiana de Antropología)

Ana Paula Miranda (Associação Brasileira de Antropologia)

Andréa de Souza Lobo (Associação Brasileira de Antropologia)

André Mattos (Associação Brasileira de Antropologia)

Adriana Vianna (Associação Brasileira de Antropologia)

Angela Facundo (Associação Brasileira de Antropologia)

Bóris Maia (Associação Brasileira de Antropologia)

Cristina Dias da Silva (Associação Brasileira de Antropologia)

Deborah Bronz (Associação Brasileira de Antropologia)

Julia Dalla Costa (Associação Brasileira de Antropologia)

Laura Lowenkron (Associação Brasileira de Antropologia)

Maria Barroso (Associação Brasileira de Antropologia)



María Cecilia Díaz (Colegio de Graduados de Antropología, Argentina)

Maria Gabriela Lugones (Associação Brasileira de Antropologia)

Paula Lacerda (Associação Brasileira de Antropologia)

Roberta Cerri (Associação Brasileira de Antropologia)

Sérgio Castilho (Associação Brasileira de Antropologia)

Silvia Aguião (Associação Brasileira de Antropologia)

Susana Abrantes (Associação Brasileira de Antropologia)

Resumo dos objetivos:

As investigações antropológicas sobre a política se iniciaram com o desafio de entender os sentidos e as práticas políticas que não se esgotam na existência de um sistema formal, ou seja, o “Estado”. Contudo, uma vez que a antropologia ampliou seu horizonte de pesquisa para as chamadas sociedades complexas os processos estatais e as diferentes instituições que desse participam – sendo, no entanto, consideradas pertencentes à chamada sociedade civil e ao mercado - têm se colocado como uma realidade relevante para os antropólogos. Assim, os antropólogos desenvolveram, em diferentes contextos nacionais, pesquisas procurando averiguar "impactos" e "efeitos" de ações de governo sobre segmentos sociais (estes sim assumidamente objeto da análise antropológica), bem como estudos sobre construção de nações e nacionalismos (e sua permeabilidade).

Mais recentemente os antropólogos têm se defrontado também com a intensa participação de segmentos sociais diversos “no Estado” que exigem escrutínio delicado do campo conceitual da cidadania, em especial, da cidadania participativa e as novas configurações de poder em que se inserem. Na prática o grupo já tem se reunido em diferentes de espaços, acumulando experiências e publicações como, por exemplo, o Dossiê “Fazendo Estado: o estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal”, publicado na *Revista de Antropologia*, (São Paulo, Universidade de São Paulo, volume nº 55(2): 559-832; disponível em <http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/4884>), e as coletâneas *Tutela: formação de Estado e tradições de gestão no Brasil* (Antonio Carlos de Souza Lima, organizador. Rio de Janeiro: E-papers, 2014, disponível em: <https://www.e-papers.com.br/livre/LTFETGB001.pdf>), e *Antropologia das Práticas de Poder: Reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. (Sergio Ricardo Rodrigues Castilho; Carla Costa Teixeira; Antonio Carlos de Souza Lima, organizadores. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014), dentre outros. Em termos de encontros e reuniões científicas, temos nos reunido regularmente em eventos da Associação Brasileira



de Antropología, da Asociación Latinoamericana de Antropología, na Reunião Equatorial de Antropologia, e na Reunião de Antropologia do Mercosur, além de em eventos singulares, como nas *Jornadas Estado, Derechos y Diversidad* (Universidad Nacional de Salta, 30/11/2017-1/12/2017), sob organização de Laura Belén Navallo Coimbra. Desta perspectiva, ao se propor como Grupo de Trabalho à ALA o GT Antropologia do Estado e das Instituições tem como objetivo integrar antropólogos latino-americanos mais amplamente, articulando o debate com pesquisadores também da Colômbia e do México, além do Brasil e da Argentina e, a médio prazo de outros países, de modo a propiciar reflexão mais sistemática sobre problemas de natureza variada que têm sido enfrentados nos estudos de políticas de governo, das instituições sociais e econômicas que, sem serem estatais, compartilham do exercício do poder do Estado e na investigação dos novos arranjos da cidadania, a partir de enfoques etnográficos distintos na América Latina (e alhures), no intuito de produzir comparações que nos permitam avançar teórica e metodologicamente.

Descrição do escopo da proposta e dos objetivos:

Através de a história da disciplina se podem rastrear tanto distintas perspectivas teóricas e analíticas preocupadas com a circunscrição, definição e implicações do Estado quanto assuntos afins como poder, governamentalidade, governo, democracia, participação, cidadania, políticas públicas, direitos, território, entre alguns temas. O Estado assume no cotidiano, dessa maneira, o lugar de uma verdadeira entidade unívoca, na imaginação social erudita e no sentido comum, criador e criatura de e na vida das populações que habitam aqueles territórios organizados sob a forma de Estado-Nação. Cada vez são mais frequentes os estudos sobre Estado em Antropologia, já sejam investigações dando conta dos “impactos” e “efeitos” de ações de governo sobre setores sociais minoritários (os últimos sim foram e são assumidos como objeto de análise antropológica), já seja como os estudos desenvolvidos sobre a construção das nações, os nacionalismos y os fluxos transnacionais de pessoas, bens, ideias.

No que concerne especificamente às chamadas etnografias institucionais e estudos de cultura organizacional, esses parecem apontar para o campo da antropologia da ação, da prática e, mais recentemente, da antropologia da esfera pública¹. Guardando a diversidade de orientações que tais denominações sinalizam – inclusive de momento histórico em que surgiram – tais investigações propuseram e propõem um engajamento com a ação política distinto dos

¹ A Berghahn Series “Studies in Public and Applied Anthropology” em seus 11 volumes apresenta um interessante panorama sobre a ação de antropólogos em diferentes interfaces. A introdução desses volumes traz também o histórico da referida interface: corporações; desenvolvimento; antropologia visual; consultorias etc.



chamados estudos acadêmicos feitos em centros de pesquisa ou nas universidades. Um entrelaçamento que seria, como destacado por Pacheco de Oliveira (2004), gerador de certo mal-estar entre antropólogos preocupados com o que consideram ser uma politização excessiva da disciplina. Esta distinção, que também se observa em outros campos disciplinares, não deve, no entanto, ser simplificada. Não apenas porque alguns cientistas transitam entre estas possibilidades de exercício profissional, mas, principalmente porque os especialistas gerados em ambos os tipos de investigação constituem um campo comum de disputa de expertise e de legitimidade que articula rede de saberes e comunidades epistêmicas com redes de poderes e configurações institucionais, borrando assim proposições dicotômicas.

Desta perspectiva, a proposta de considerar as instituições estatais e as instituições não governamentais (da “sociedade cível” e do “mercado”) de forma articulada tem o potencial de renovar as reflexões sobre configurações de poder expressas em processos estatais e de governo, em especial, no que concerne às dinâmicas cotidianas de redefinição e manejo das fronteiras permeáveis entre estado, sociedade e mercado; mas também dos agentes, práticas, valores e classificações que transitam entre tais mundos gerando efeitos de legitimidade variados. Outro desdobramento profícuo refere-se aos desafios de pensar as dinâmicas de disciplinarização dos sujeitos envolvidos nas diferentes burocracias institucionais, suas disputas em torno das chamadas missões institucionais, os efeitos de poder derivados dos arranjos mais ou menos provisórios que logram estabelecer, o campo de tensões que se redefine nas distintas conexões entre espaços sociais e suas temporalidades próprias, mas interdependentes, bem como as comunidades de pensamento e valores que podem daí resultar (Douglas 1998). Em termos metodológicos, o diálogo entre a antropologia do estado e a das instituições busca contribuir para as discussões sobre a especificidade da pesquisa antropológica quando o universo empírico compõe-se de sujeitos detentores de poder (as “elites”), invertendo a situação original de pesquisa de campo na qual a antropologia se constituiu e propondo, assim, novas questões sobre o fazer etnográfico: barreiras de acesso, segredos de estado, multi-localização, etnografia de documentos, éticas diferenciadas, só para mencionar algumas indagações.

Considerando o campo teórico-conceitual da cidadania e da democracia, a intensa participação de segmentos sociais diversos “no Estado” (em instituições estatais e instituições que, sem serem órgãos de Estado, compartilham o exercício do poder estatal), parece-nos estar a exigir investigação mais acurada nos cenários históricos que, como os que privilegiamos nesta proposta, são constituídos de países com forte tradição autoritária e com uma dominância do político na vida pública. Trata-se, assim, de escrutinar a chamada cidadania participativa e as novas configurações de poder em que se insere como um



processo de implantação de modalidades de governança de cunho supostamente neoliberal, pautada pelo mercado e em articulação com cenários globais, num patamar de exploração sem precedentes; mas que, num aparente paradoxo, se atualiza via ampliação democrática a partir de mecanismos variados de produção de cidadãos participativos (nos cenários políticos e de gestão) cuja especificidade seria um tipo particular de sujeição que busca produzir sujeitos capazes de “participar” da sociedade, de “ajudar” a si mesmos e de assumirem corresponsabilidade sobre seus destinos.

Nesse sentido, partimos da premissa da necessidade de se perceber tais fenômenos a partir da ideia de processos de formação de Estado, logo sociogeneticamente e numa perspectiva histórica que transcenda o momento presente. Com isso, pensamos ser possível proceder à desconstrução e decupação dos múltiplos processos histórico-sociais subsumidos ao termo e à ideia de Estado, nisso percebendo a dinâmica de permanente produção de “margens” e “centros” do e para o Estado, um dos dispositivos pelos quais se produz a crença na harmonia e na unidade do Estado, os permanentes processos de produção da sua unidade tanto como ideia como quadro organizacional e ordenador da experiência cotidiana de cada vez maiores contingentes populacionais, uma vez que hoje se faz presente de forma mais cotidiana na vida de populações como as indígenas, afrodescendentes, distintos campesinatos, ou segmentos sociais urbanos historicamente marginalizados. Para além da denúncia, da negação do Estado, ou de importações diretas dos marcos analíticos produzidos nas antropologias do Norte Global, julgamos que nossa proposta busca contemplar as dimensões locais e históricas desses processos de estatização contemporâneos, nos marcos aqui definidos, bem como seus aspectos gerais e teóricos.

Plano de trabalho

Planejamento de curto prazo: Primeiro ano

O primeiro ano de atuação do GT focará nos encontros dos componentes do grupo em eventos científicos da área com o intuito de consolidar e organizar os diversos trabalhos que têm sido desenvolvidos nos últimos anos sobre o tema do GT. Os encontros serão importantes também para debater e consolidar as linhas teóricas que orientarão a atuação do grupo. Igualmente, o GT enfatizará na publicação de diferentes tipos de materiais bibliográficos que tratam sobre diversas facetas dos processos de formação de Estado na América Latina e da atuação de instituições voltadas para o gerenciamento de populações diversas, efetivadas por múltiplas instituições desses Estados.



Planeja-se a participação dos membros do GT no 18º Congresso Mundial da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES) que será realizado em Florianópolis (Brasil) de 19 a 20 de julho de 2018, bem como na Reunião Brasileira de Antropologia, em Brasília em dezembro de 2018. Além desses, seminários nacionais/locais estão em vias de elaboração.

Em matéria de publicações planeja-se que o primeiro ano de atuação do GT sejam publicadas algumas obras que vem sendo preparadas pelos membros do grupo de trabalho e que possam ser divulgadas para o público e debatidas pela equipe nos encontros do GT em eventos científicos. Serão publicadas no primeiro ano:

1. Coletânea : Carla Teixeira, Andréa Lobo, Luiz Eduardo Abreu (org.). *Etnografia das Instituições e das Práticas de Poder*
2. Coletânea: *Pessoas em movimento: práticas de gestão, categorias de direito e agências*. Organizado por Angela Facundo, Sonia Hamid e Bahia Munem.

Como contemplado nos estatutos da Associação Latino Americana de Antropologia, a cada ano será redigido e enviado um relatório de atividades.

Planejamento de médio prazo: plano três anos

A médio prazo o GT intensificará a sua participação em eventos científicos, assim como a produção conjunta de material bibliográfico. Será priorizada a organização de um simpósio, uma mesa e uma reunião do GT no próximo congresso da Associação Latino-americana de Antropologia. Também será coordenada a participação do coordenador do GT numa reunião com os demais coordenadores de grupos de trabalho da Associação.

Além da participação do GT em eventos nacionais e internacionais, almeja-se a realização de um seminário organizado pelo próprio grupo de trabalho no começo do terceiro ano de atuação que permitirá, além de manter ativa a troca de conhecimentos e produções, avaliar a atuação do grupo e produzir os insumos para o relatório final. Isso será viável ou não de acordo com as condições conjunturais do financiamento à pesquisa em nossos países. Assim, identificam-se os eventos a seguir como prioritários para a atuação e encontro do GT.

1. Congresso da Associação Latino-americana de Antropologia (ALA) - 2019
2. Reunião Equatorial de Antropologia (REA) - 2019
3. Reunião de antropologia do Mercosul (RAM) - 2019

4. Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) - 2018; 2020
5. Congresso Colombiano de Antropologia - 2019
6. Congresso Argentino de Antropologia Social (CAAS)

Planeja-se que como resultado das reuniões, simpósios, mesas, e demais formatos de trabalho durante os eventos, os integrantes do GT:

1. Um dossiê de revista qualificada abordando as práticas de poderes de Estado na América Latina (2019).
2. Uma coletânea sobre políticas indigenistas no Brasil contemporâneo (2019).
3. Uma coletânea sobre a relação entre antropologia e poderes de Estado na América Latina (2020)
4. Um dossiê de revista qualificada sobre Estado, Desenvolvimento e Diferença Sociocultural.

Anexo (aceite do integrante, currículos e aval da associação/colégio)